VERIFICAÇÃO INTERNA

TRT/MT CONCLUI CORREIÇÃO NAS VARAS DO TRABALHO DE TANGARÁ NESTA QUINTA

NA VERIFICAÇÃO INTERNA *são avaliados o cumprimento das metas do judiciário*

FOTO: DIVULGAÇÃO

SERÃO EM TODAS AS VARAS E UNIDADES DE APOIO JUDICIÁRIO

ASSESSORIA

Com o objetivo de avaliar a qualidade dos serviços prestados por magistrados e servidores, a presidente e corregedora do Tribunal Regional do Trabalho de Mato Grosso (TRT-MT), desembargadora Adenir Carruesco, finaliza a correição nas duas varas de Tangará da Serra nesta quinta-feira, dia 27 de junho.

Durante o encerramento, a equipe de correição também recebe representantes da advocacia para ouvir as demandas locais e atende a imprensa. Na verificação interna são avaliados o cumprimento das metas do judiciário, como o tempo médio do ajuizamento da ação até a sentença, índice de conciliação, entre outros pontos.

Anualmente, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT/MT) faz correições em todas as varas do trabalho do estado. É durante estas ocasiões que são verificados o cumprimento dos prazos, feitos repasses de orientações, além de ser uma oportunidade para conhecer as boas práticas adotadas e verificar a realidade das unidades.

> ***É UMA OPORTUNIDADE DE APONTAR MELHORIAS E MEDIR RESULTADOS***

Para a desembargadora Adenir Carruesco, os trabalhos de correição propiciam ainda uma aproximação com a sociedade, além de se conferir o funcionamento das unidades. "É uma oportunidade de apontar melhorias e medir resultados", explicou a corregedora.

A 1ª Vara do Trabalho de Tangará da Serra foi criada em 11 de junho de 1992 e sua instalação em 16 de maio de 1993. Já a 2ª Vara do Trabalho de Tangará da Serra foi instalada em 2 de agosto de 2011.

Além de Tangará, atende de Barra do Bugres, Denise, Nova Olímpia e Porto Estrela.

Correição ordinária - Em 2024, já passaram por correição ordinária as varas do trabalho de Cáceres, Pontes e Lacerda, Mirassol D'Oeste, Juína e Campo Novo do Parecis. Nesta quarta-feira, dia 26, os trabalhos serão concluídos na Vara do Trabalho de Diamantino.

As inspeções ocorrem em todas as varas e nas unidades de apoio judiciário, a exemplo da Secretaria de Apoio à Efetividade e da Execução, Gabinete do juízo auxiliar de precatórios e Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs).

FOTO: DIVULGAÇÃO

CORREIÇÃO, REALIZADA NESTE MÊS

CORREIÇÃO

Resolução rápida dos processos é o destaque na Vara de Campo Novo

VARA DE CAMPO NOVO *é destaque no tempo médio até sentença*

ASSESSORIA

Audiências prévias voltadas à conciliação têm agilizado a resolução dos processos na Vara de Campo Novo do Parecis. A boa prática reflete nos números da unidade, que registrou tempo médio até a sentença no ano passado de 103,4 dias, prazo menor que a média regional e nacional. Os dados foram destaques no encerramento da Correição, realizada neste mês.

A juíza titular de Campo Novo, Graziele Cabral, destaca que essa forma de trabalho gera benefícios a todos. "A gente realiza uma espécie de pré-audiência, que acaba por servir de audiência inicial. Além de estimular ainda mais a conciliação, ganhamos agilidade processual. Isso vem ganhando elogios dos nossos jurisdicionados e dos advogados, inclusive, a OAB local já fez elogios à unidade", diz a magistrada.

Para a corregedora do Tribunal, desembargadora Adenir Carruesco, o desempenho da unidade foi muito satisfatório. "Estou muito contente com índices tão positivos e o bom desempenho", afirmou.

> ***ESTOU MUITO CONTENTE COM ÍNDICES TÃO POSITIVOS E O BOM DESEMPENHO***

Instalada em agosto de 2011, a Vara de Campo Novo do Parecis também apresenta outros índices positivos, como a 8ª posição regional no Índice Nacional de Gestão do Desempenho da Justiça do Trabalho (Igest). A unidade também obteve percentuais acima do estipulado nas metas 1 (107%), 2 (107%) e 3 (102%) do CNJ.

A unidade registrou ainda o aumento da movimentação financeira, saltando de R$8 milhões, em 2022, para R$13,7 milhões no ano passado. Já com relação à movimentação processual, a tendência é que 2024 supere o número de novos casos, que até 30 de abril estava em 511 e durante todo o ano de 2023 foram registrados 962 novos processos.